



22 de dezembro de 2023

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA, ORIGENS E TRAJETÓRIAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE
2023

Versão retificada a 17/01/2024

Na página 22, terceiro parágrafo, onde se lia “Mais de um terço (34,6%) das pessoas indicaram que aprenderam informalmente com amigos, colegas ou familiares, 16,3% indicaram que não foi preciso e 14,9% referiram a falta de tempo como principal motivo.” passou a ler-se “Mais de dois quintos (44,0%) das pessoas indicaram que aprenderam informalmente com amigos, colegas ou familiares, 20,8% indicaram que não foi preciso e 19,0% referiram a falta de tempo como principal motivo.”

MAIS DE 1,2 MILHÕES DE PESSOAS JÁ SOFRERAM DISCRIMINAÇÃO EM PORTUGAL

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT), as pessoas com idade dos 18 aos 74 anos autoidentificaram-se, ao nível da origem ou pertença étnica, do seguinte modo: 6,4 milhões com o grupo étnico *branco*; 169,2 mil com o grupo *negro*; 56,6 mil com o grupo *asiático*; 47,5 mil com o grupo étnico *cigano*; e 262,3 mil com o grupo de origem ou pertença *mista*. A população que se identifica como *asiática*, *origem ou pertença mista*, *negra* e *cigana* apresenta uma estrutura etária mais jovem do que a que se identifica como *branca*.

Em Portugal, 1,4 milhões de pessoas têm *background* imigratório, sendo 947,5 mil imigrantes de primeira geração, estando mais representados nas regiões do Algarve (31,0% e 24,2%, respetivamente) e Área Metropolitana de Lisboa (29,2% e 18,8%, respetivamente). A população que se identifica com os grupos étnicos *negro*, *asiático* e *origem ou pertença mista* apresenta as maiores proporções de *background* imigratório (90,3%, 83,7% e 69,2%, respetivamente). A maioria dos imigrantes de primeira geração (65,2%) reside em Portugal há mais de dez anos. As razões familiares e profissionais são determinantes na vinda para Portugal.

Mais de três quartos da população (76,3%) afirma ter um sentimento de ligação por Portugal forte ou muito forte e apenas pouco mais de metade (53,5%) tem o mesmo sentimento relativamente à Europa. A população com *background* imigratório e os imigrantes de primeira geração apresentam maior ligação a Portugal do que ao país de origem da família ou ao país onde nasceram.

Mais de 4,7 milhões de pessoas dos 18 aos 74 anos estavam empregadas (62,4%), com destaque para os grupos étnicos *origem ou pertença mista* (67,9%), *negros* (64,3%) e *brancos* (62,9%). Mais de dois milhões de pessoas tiveram necessidade de trabalhar enquanto estudavam e 1,7 milhões foram forçadas a abandonar os estudos mais cedo do que gostariam.

Para além do português, 486,4 mil pessoas falavam outra língua em casa até aos 15 anos. Atualmente, 661,7 mil falam português em casa e outra língua. Línguas de outros países europeus e as línguas ou dialetos dos PALOP estão entre as mais faladas.

Mais de 1,2 milhões de pessoas (16,1%) já sofreram discriminação em Portugal, mais sentida por pessoas que se identificam como *ciganas* (51,3%), *negras* (44,2%), ou com *pertença mista* (40,4%), assim como pelas mulheres (17,5%), as pessoas mais jovens (18,9%), escolarizadas (18,3%) e desempregadas (24,9%).



Mais de 4,9 milhões de pessoas (65,1%) consideram existir discriminação em Portugal e 2,7 milhões (35,9%) já testemunharam esse tipo de situações. Grupo étnico, cor da pele, orientação sexual e território de origem constituem os fatores mais relevantes na discriminação percebida e testemunhada.

O Instituto Nacional de Estatística divulga os resultados do Inquérito às Condições de vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT) 2023, cuja recolha de dados decorreu no primeiro semestre de 2023.

Este Destaque inclui a análise dos principais resultados do ICOT, com vista a caracterizar a diversidade da população residente em Portugal, com enfoque na sua pertença/identificação étnica, trajetórias geracionais e, sempre que possível e as estimativas associadas a um inquérito amostral o permitirem, também nas condições de vida objetivas, nas suas múltiplas expressões, como sejam o acesso ao emprego, educação, saúde, habitação, línguas faladas e aprendidas, bem como a experiência de discriminação em diversos domínios.

A identificação étnica, aspeto central deste inquérito, observada pela primeira vez em estatísticas oficiais, resultou da autoclassificação das pessoas, seguindo as recomendações de instituições internacionais nesta matéria¹. A autoclassificação corresponde ao modo como as pessoas se veem a si próprias, e não ao modo como os outros as percebem. A pergunta sobre a autoidentificação étnica, à qual os respondentes poderiam assinalar mais do que uma opção do grupo a que consideravam pertencer, compreende as seguintes possibilidades de resposta: *asiático, branco, cigano, negro, origem ou pertença mista*². As etapas de trabalho desenvolvidas até à definição desta classificação e à realização deste inquérito encontram-se descritas na Nota Metodológica, no final deste Destaque.

A importância da pergunta sobre a autoidentificação étnica reside no facto de permitir perceber como é que as pessoas se autoidentificam, independentemente da sua naturalidade e da sua experiência migratória. Esta informação é complementada com dados acerca da sua naturalidade e dos seus ascendentes, até à terceira geração, permitindo observar a existência de trajetórias de migração na história familiar da população residente no país. Foram também observados outros elementos de caracterização das pessoas, abordando temas como a educação, mercado de trabalho, línguas faladas e aprendidas, condições de saúde e habitação, passíveis de serem trabalhados de forma mais aprofundada em estudos posteriores, assim como a partir da base de microdados para fins científicos, a disponibilizar em janeiro de 2024.

¹ A título de exemplo, veja-se o documento da Comissão Europeia com recomendações relativas à recolha e utilização de dados sobre a igualdade com base na origem étnica https://commission.europa.eu/system/files/2022-02/guidance_note_on_the_collection_and_use_of_equality_data_based_on_racial_or_ethnic_origin_final.pdf.

Durante o processo de elaboração da pergunta da autoclassificação do ponto de vista étnico, fez-se uma revisão sistemática da literatura, dando especial atenção aos Censos e a inquéritos realizados noutros países que incluem o tema das migrações e, mais especificamente, perguntas sobre a origem étnico-cultural.

² Excetuando as opções “Outra” ou “Origem ou pertença mista”, que eram opções exclusivas, as restantes eram de resposta múltipla. A pergunta sobre a autoclassificação do ponto de vista étnico observada no ICOT resultou de um amplo debate, com a intervenção de diversos setores da sociedade, designadamente no contexto do Conselho Superior de Estatística. O aprofundamento desta questão, bem como o enquadramento do inquérito, encontram-se descritos na Nota Metodológica, no final deste Destaque.



1. Autoidentificação étnica da população residente em Portugal

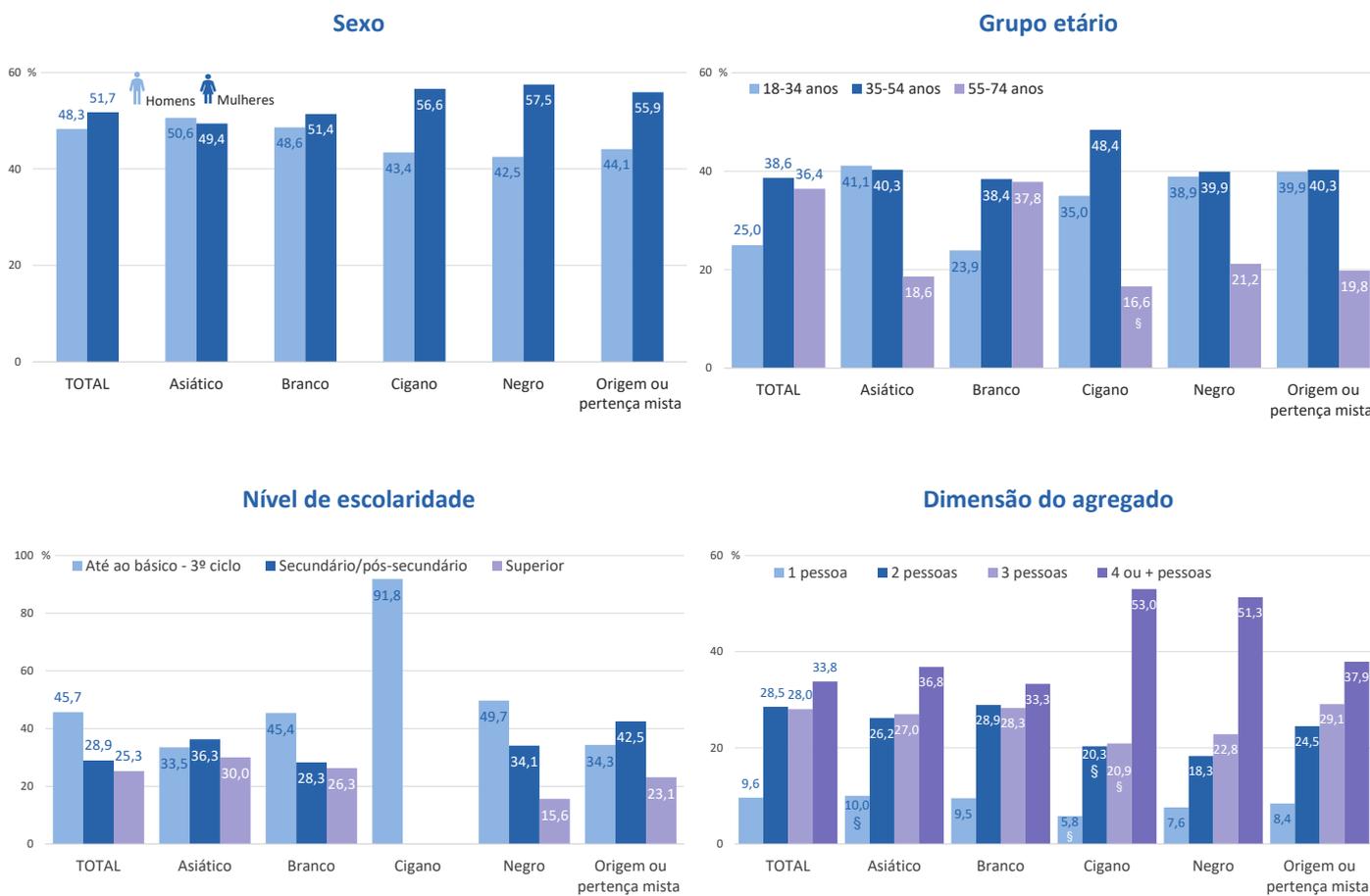
Do total de residentes em Portugal com idade dos 18 aos 74 anos (7,6 milhões), 6,4 milhões autoidentificam-se com o grupo étnico *branco*, enquanto 262,3 mil pessoas referiram ter uma *origem ou pertença mista*, 169,2 mil autoidentificam-se com o grupo étnico *negro*, 56,6 mil com o grupo étnico *asiático* e 47,5 mil com o grupo étnico *cigano*. Os resultados permitem observar que a maioria das pessoas se identificam com apenas um dos grupos étnicos referidos (87,2%), e apenas 0,2% com mais do que um grupo, enquanto 12,6% não souberam ou preferiram não se identificar com qualquer dos grupos.

A população do âmbito etário de referência do inquérito reside maioritariamente na região Norte (35,5%), seguida da Área Metropolitana de Lisboa (27,3%) e da região Centro (21,2%). A distribuição geográfica da população de acordo com o grupo étnico permite observar, no entanto, um padrão de distribuição no território diferente: enquanto a população que se identifica com o grupo *branco* segue o padrão observado na população total, a população que se identifica com os grupos *negro* (69,9%), *origem ou pertença mista* (48,4%) e *asiáticos* (34,7%) concentra-se maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa.

Cerca de três quartos da população (74,3%) reside em áreas predominantemente urbanas, onde se destacam particularmente, com valores superiores à média, os seguintes grupos étnicos: *negro* (91,7%), *origem ou pertença mista* (88,7%) e *asiático* (80,3%).

A proporção de mulheres na população total é superior à dos homens (51,7% e 48,3%, respetivamente), tendência que observa em todos os grupos étnicos, com exceção do *asiático*, em que a proporção de homens (50,6%) é superior à das mulheres (49,4%). A diferença entre sexos, favorável às mulheres, é particularmente notória nos grupos étnicos *negro*, em que a diferença entre sexos é de 15,0 pontos percentuais (p.p.), *cigano* (13,2 p.p.) e *origem ou pertença mista* (11,8 p.p.).

Figura 1. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos por grupo étnico e características sociodemográficas, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida. As estimativas associadas às categorias “Secundário/pós-secundário” e “Superior” para o grupo étnico *cigano* apresentam uma margem de erro superior ao padrão de qualidade considerado aceitável para divulgação.

População que se identifica como asiática, com origem ou pertença mista, negra e cigana com uma estrutura etária mais jovem do que a população que se identifica como branca.

Três quartos da população residente em Portugal tem idade superior a 35 anos: 38,6% têm entre 35 e 54 anos e 36,4% entre 55 e 74 anos. Apenas um quarto da população (25,0%) pertence ao grupo etário mais jovem, dos 18 aos 34 anos. O grupo étnico *branco*, no qual a maioria da população residente se revê, segue esta distribuição etária. Pelo contrário, os restantes grupos apresentam um padrão etário onde se destaca o maior peso da população mais jovem, quando comparado com a população total: para as pessoas que se revêm no grupo étnico *asiático*, o âmbito etário dos 18 aos 34 anos é o mais representado (41,1%), o qual abrange também 39,9% da população que refere ter *origem ou pertença mista*, 38,9% da que se identifica com o grupo étnico *negro* e 35,0% da que se identifica com o grupo étnico *cigano*.



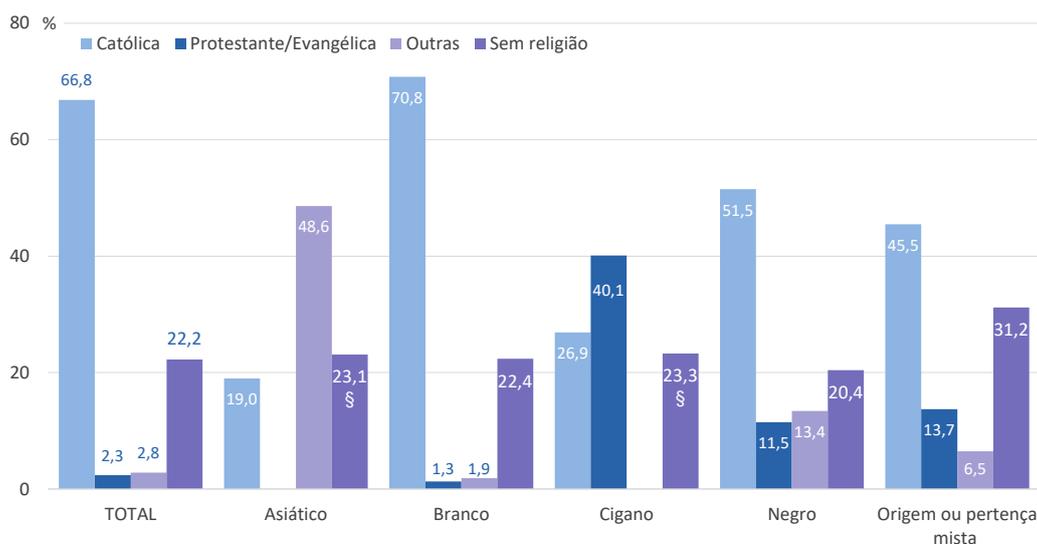
Grupo étnico asiático com escolaridade ao nível do ensino superior acima da média observada na população total.

A conclusão de um nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico é dominante na população residente (45,7%). A população que se identifica com os grupos *cigano* e *negro* destaca-se com valores acima da média até este nível de escolaridade (91,8% e 49,7%, respetivamente). Quase um terço da população que se identifica como *asiática* (30,0%) tem ensino superior, proporção acima da média observada para a população total (25,3%). O grupo que se identifica com *origem ou pertença mista* é o que apresenta maior proporção de população com nível de ensino secundário/pós-secundário (42,5%), superior à registada na população total (28,9%).

Maioria da população assume-se como católica, religião predominante nos grupos étnicos branco, negro e origem ou pertença mista.

Cerca de dois terços das pessoas (66,8%) assumem-se como católicas, e quase um quarto (22,2%) refere não professar qualquer religião. Padrão semelhante encontra-se na população que se identifica como *branca*. A religião católica é também dominante nos grupos *negro* e *origem ou pertença mista*, embora com proporções inferiores às observadas na população total, respetivamente, 51,5% e 45,5%. Este último grupo étnico destaca-se, por comparação com a população total, pela mais elevada proporção dos que não têm religião (31,2%). Quase metade (48,6%) dos que se identificam como *asiáticos* professam outras religiões, enquanto dois quintos (40,1%) dos que se identificam com a etnia *cigana* têm religião protestante/evangélica.

Figura 2. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos por grupo étnico e religião, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida. As estimativas associadas à categoria "Protestante/Evangélica" para o grupo étnico *asiático* e "Outras" para o grupo étnico *cigano* apresentam uma margem de erro superior ao padrão de qualidade considerado aceitável para divulgação.



Cerca de um terço dos residentes (33,8%) pertencem a agregados domésticos de quatro ou mais pessoas, sendo de destacar nesta categoria, com proporções acima da média, as pessoas que se autoidentificam com o grupo étnico *cigano* (53,0%), *negro* (51,3%), *origem ou pertença mista* (37,9%) e *asiático* (36,8%). No total da população, 9,6% pertencem a agregados de uma só pessoa. Quanto ao tipo de agregado a que pertencem, 27,2% fazem parte de agregados compostos por dois adultos sem crianças, e cerca de um quinto (19,1%) a agregados de dois adultos com crianças. Dois quintos das pessoas (41,7%) fazem parte, no entanto, de *outro* tipo de agregados, compostos ou só por adultos (três ou mais) ou por três ou mais adultos com crianças, onde se destacam as pessoas que se autoidentificam com o grupo étnico *cigano* (45,9%) e *negro* (45,8%).

2. Origens e trajetórias da população residente em Portugal

Um dos objetivos do ICOT consiste em melhorar o conhecimento sobre a diversidade da população residente, nomeadamente em termos das suas trajetórias migratórias pessoais e familiares.

A definição de imigrante, e de *background* imigratório, tem por base a naturalidade da pessoa³. Pela conjugação do país de nascimento da pessoa com os países de nascimento dos pais (mãe ou pai) e dos avós (maternos ou paternos), a população residente em Portugal, com idade dos 18 aos 74 anos, foi caracterizada segundo a tipologia de *background* imigratório, que compreende os seguintes grupos:

- Pessoas sem *background* imigratório: pessoas nascidas em Portugal e cujos pais e avós nasceram em Portugal;
- Pessoas com *background* imigratório: pessoas nascidas fora de Portugal ou pessoas nascidas em Portugal, mas com pelo menos um dos pais, ou avós, nascido fora de Portugal. Abrange:
 - Imigrantes de primeira geração: pessoas que nasceram fora de Portugal;
 - Imigrantes de segunda geração: pessoas que nasceram em Portugal, mas com pelo menos um dos pais nascido fora de Portugal;
 - Imigrantes de terceira geração: pessoas que nasceram em Portugal, cujos pais nasceram em Portugal, mas com pelo menos um dos avós nascido fora de Portugal.

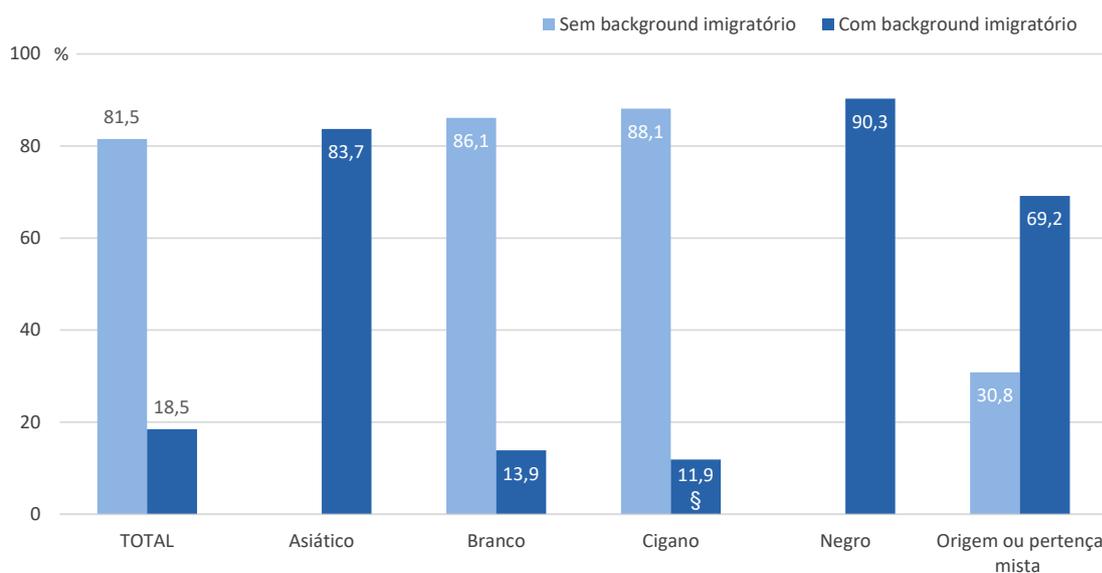
³ Por convenção, a observação da naturalidade respeita às fronteiras atuais e não às existentes à data do nascimento. Se o nascimento ocorreu no estrangeiro, em circunstâncias inesperadas, é considerado o país de residência da mãe no momento do nascimento. Se o país de residência da mãe for desconhecido, é considerado o país de nascimento da pessoa.



Em Portugal, 1,4 milhões de pessoas têm background imigratório, sendo 947,5 mil imigrantes de primeira geração. População que se identifica com os grupos étnicos negro, asiático e origem ou pertença mista apresentam as maiores proporções de background imigratório.

Mais de 6,1 milhões de pessoas residentes em Portugal com idade dos 18 aos 74 anos, que correspondem a 81,5% da população, não têm *background* imigratório. Dos 1,4 milhões de pessoas com *background* imigratório (18,5%), 947,5 mil (12,5%) são imigrantes de primeira geração, 363,2 mil (4,8%) são imigrantes de segunda geração e 92 mil (1,2%) imigrantes de terceira geração. Por grupo étnico, observa-se que quem se identifica como *negro*, *asiático* e *origem ou pertença mista* regista proporções mais elevadas de *background* imigratório (90,3%, 83,7% e 69,2%, respetivamente). Em sentido oposto, e em particular, quem se identifica como *branco* (13,9%), apresenta a proporção mais baixa de *background* imigratório.

Figura 3. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos por grupo étnico e *background* imigratório, 2023

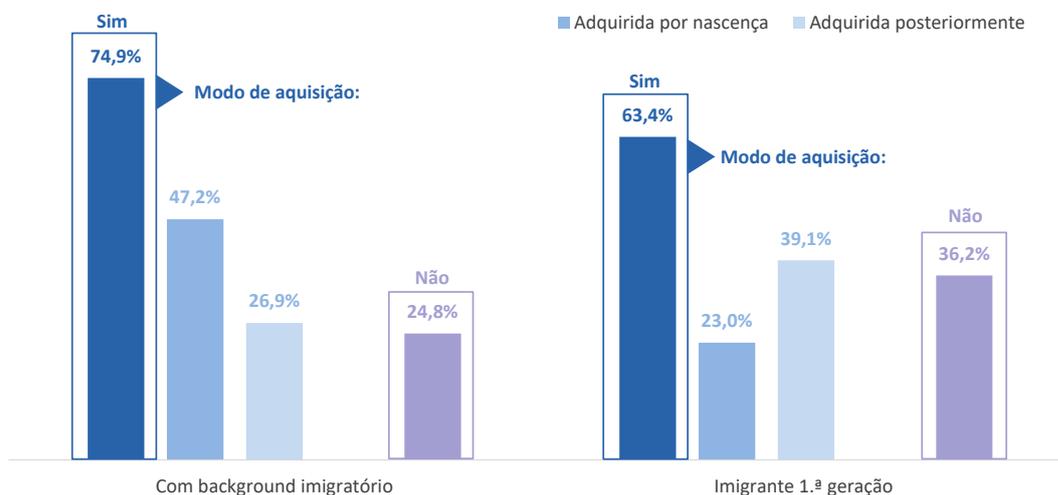


Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida. As estimativas associadas à categoria “Sem *background* imigratório” para os grupos étnicos *asiático* e *negro* apresentam uma margem de erro superior ao padrão de qualidade considerado aceitável para divulgação.

A maioria da população residente (95,2%) tem nacionalidade portuguesa, sendo que 89,9% a adquiriu por nascença e 5,0% posteriormente. Da população com *background* imigratório, cerca de três quartos (74,9%) tem nacionalidade portuguesa, tendo sido obtida por nascença para quase metade (47,2%) e adquirida posteriormente para cerca de um quarto (26,9%). Já nos imigrantes de primeira geração, menos de dois terços (63,4%) têm nacionalidade portuguesa (23,0% adquiriram-na por nascença e 39,1% posteriormente) e 36,2% não têm nacionalidade portuguesa.

Figura 4. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos por *background* imigratório, nacionalidade portuguesa e modo de aquisição da nacionalidade portuguesa, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Entre as pessoas que não têm nacionalidade portuguesa, 272,5 mil nunca a pediram (mas, 195,3 mil têm intenção de o fazer), metade das quais porque não preenchiam os requisitos (52,5%). No que diz respeito à dupla nacionalidade, apenas 4,3% da população dos 18 aos 74 anos afirma que a tem, proporção que é mais elevada na população com *background* imigratório (21,4%) e, em particular, na que é imigrante de primeira geração (27,9%).

Algarve e Área Metropolitana de Lisboa são as regiões com proporções mais elevadas de *background* imigratório e imigrantes de primeira geração.

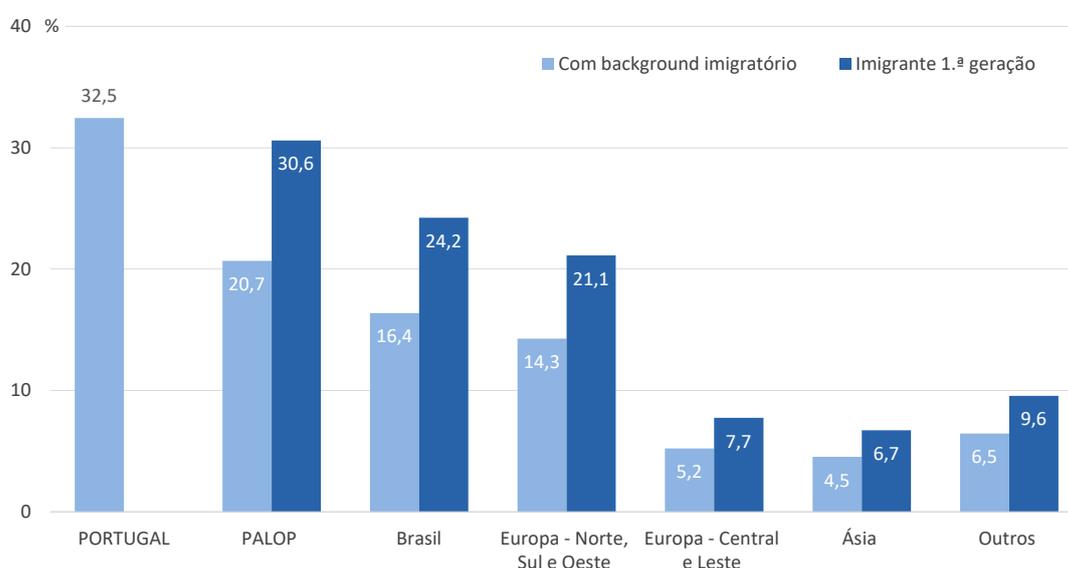
Da população com *background* imigratório, cerca de um terço (32,5%) nasceu em Portugal, o que significa que se trata de descendentes de imigrantes. Um quinto (20,7%) é natural dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e 16,4% do Brasil. Seguem-se os que nasceram na Europa do Norte, Sul e Oeste (14,3%), na Europa Central e de Leste (5,2%), na Ásia (4,5%) e noutros países⁴ (6,5%).

⁴ A tipologia seguida no ICOT para o agrupamento dos países foi a Eurovoc (https://eur-lex.europa.eu/browse/eurovoc.html?params=72#arrow_72).



Os imigrantes de primeira geração são provenientes de países com os quais Portugal tem ligações culturais, linguísticas e históricas, refletindo a presença de comunidades já estabelecidas, como os PALOP, com 30,6%, e o Brasil (24,2%), bem como de países que traduzem o alargamento da União Europeia ou acordos bilaterais: 21,1% são naturais de países da Europa do Norte, Sul e Oeste; 7,7% da Europa Central e de Leste; 6,7% da Ásia; e 9,6% de outros países.

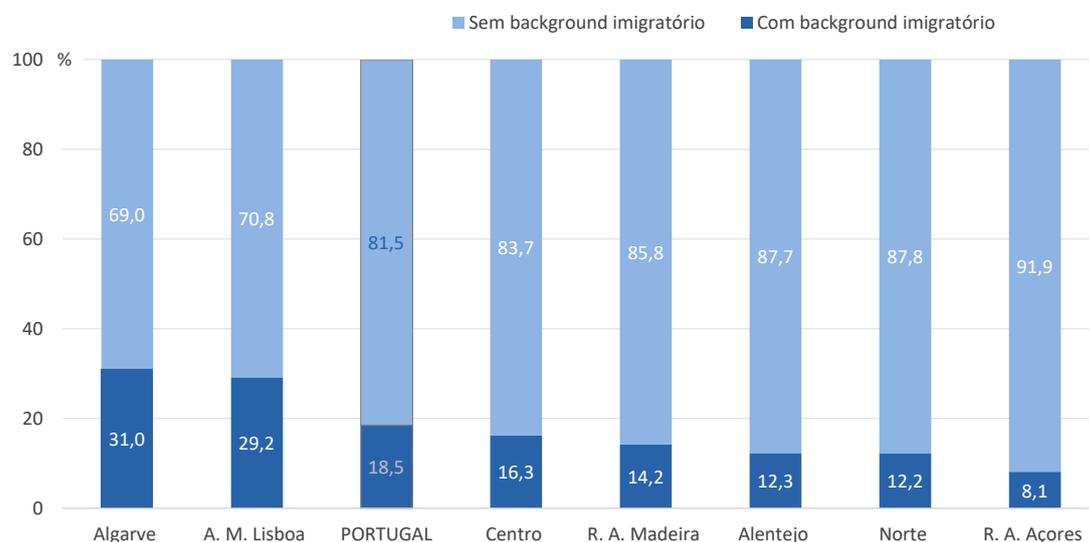
Figura 5. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos por *background* imigratório e naturalidade, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Na análise por regiões NUTS II, destacam-se o Algarve (31,0%) e a Área Metropolitana de Lisboa (29,2%) como as regiões com proporções mais elevadas de residentes com *background* imigratório. As restantes regiões apresentam proporções neste indicador abaixo da média nacional. Aquelas regiões destacam-se também com as proporções mais altas de residentes que são imigrantes de primeira geração: cerca de um quarto das pessoas residentes no Algarve (24,2%, das quais 6,2% provenientes da Europa do Norte, Sul e Oeste e 5,5% dos PALOP); e quase um quinto das que residem na Área Metropolitana de Lisboa (18,8%, das quais 8,0% são naturais dos PALOP e 5,1% do Brasil).

Figura 6. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos por *background* imigratório e região NUTS II (NUTS 2013), 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Maioria dos imigrantes de primeira geração residem em Portugal há mais de dez anos.

Os resultados do ICOT evidenciam a importância do historial dos fluxos imigratórios na composição da população imigrante de primeira geração a residir em Portugal: a maioria (65,2%) dos imigrantes de primeira geração residem no país há mais de dez anos, enquanto 32,3% são imigrantes mais recentes (estão a residir em Portugal há menos de 10 anos). Observa-se ainda que cerca de quatro quintos dos imigrantes provenientes da Europa do Norte, Sul e Oeste (83,7%), dos PALOP (81,4%), e da Europa Central e de Leste (79,6%) estabeleceram-se em Portugal há mais de dez anos. Os imigrantes provenientes do Brasil e de outros destinos destacam-se por serem imigrantes mais recentes: 65,9% e 44,0%, respetivamente, residem em Portugal há menos de 10 anos.

Razões familiares e profissionais são determinantes na vinda para Portugal.

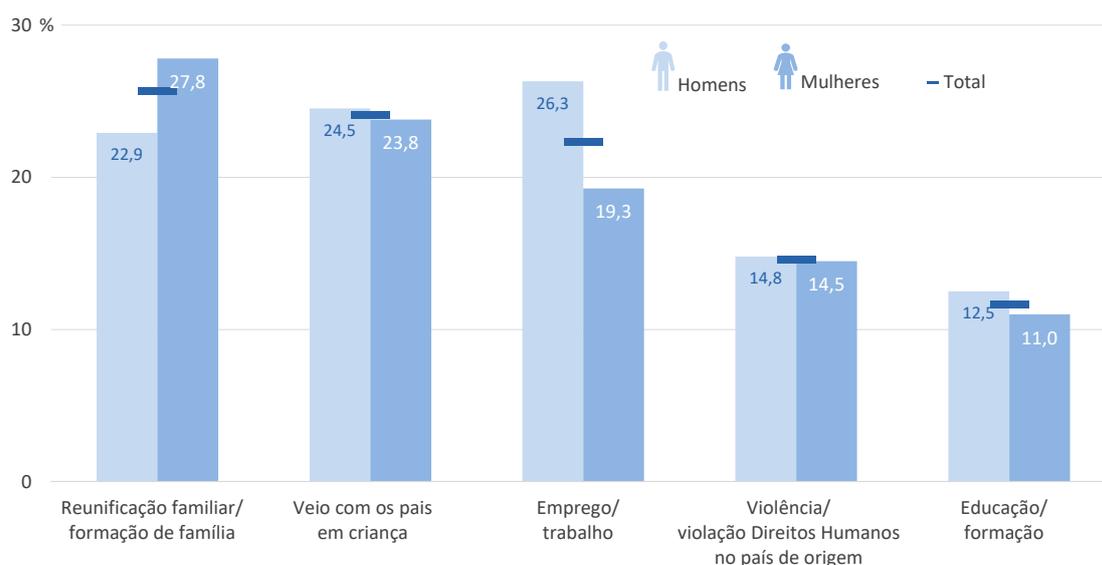
Os fatores relacionados com a família, seja por reunificação familiar/formação de família (25,7%), seja pela vinda com os pais em criança (24,1%), a par do emprego ou trabalho (22,3%), são preponderantes nas razões para virem para Portugal por parte dos imigrantes de primeira geração. Seguem-se fatores como a violência/violação dos Direitos Humanos no país de origem (14,6%) e a educação/formação (11,6%). À importância das questões relacionadas com a reunificação familiar nas razões da vinda para Portugal, não será alheio o facto de a quase totalidade dos imigrantes de primeira geração que têm cônjuge, ou companheiro/a, ou parceiro/a (97,3%) terem essa pessoa a viver no país.

As principais razões referidas por homens e mulheres seguem o padrão observado na população total de imigrantes de primeira geração, embora não pela mesma ordem: os homens apontaram como razões o emprego/trabalho



(26,3%), o que compara com 19,3% das mulheres; e depois as questões familiares: 24,5% vieram com os pais em criança e 22,9% referem a reunificação familiar/formação de família, valores que comparam com 23,8% e 27,8%, respetivamente, das mulheres.

Figura 7. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos por principais razões da vinda para Portugal e sexo, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Por grupo etário, observa-se que a população com idade dos 18 aos 34 anos é a que apresenta proporções mais elevadas nas razões como reunificação familiar/formação de família (32,5%), emprego/trabalho (27,2%) e educação/formação (20,9%). Cerca de um quarto (27,3%) das pessoas dos 35 aos 54 anos vieram com os pais em criança, por questões de reunificação familiar/formação de família (24,6%), ou por razões de emprego/trabalho (24,1%). No grupo etário dos 55 aos 74 anos, são mais relevantes as razões relacionadas com a violência/violação dos Direitos Humanos no país de origem (26,0%), a vinda com os pais em criança (23,3%), e a reunificação familiar/formação de família (21,1%).

Os resultados do ICOT revelam ainda que as razões mais apontadas pelos imigrantes de primeira geração para terem vindo para Portugal variam com a região de proveniência: as pessoas naturais dos PALOP referem mais a vinda com os pais em criança (27,8%) e a violência/violação dos Direitos Humanos no país de origem (24,5%); os que vieram da Europa Central e de Leste (46,2%), da Ásia (41,4%) e do Brasil (37,8%) apontaram o emprego/trabalho como a razão principal da vinda.

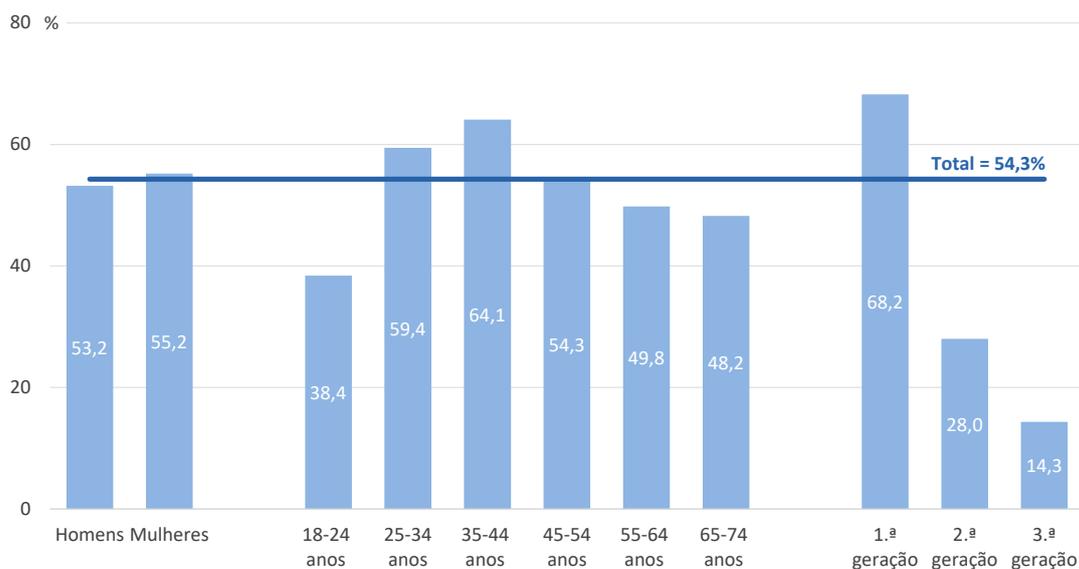


Mais de metade das pessoas com background imigratório têm ligação ou contacto com o país de origem da família, proporção mais elevada nos imigrantes de primeira geração e no grupo etário dos 35 aos 44 anos.

O ICOT incluiu um conjunto de questões apenas dirigidas às pessoas com *background* imigratório para se perceber o grau de ligação ao país de origem da família. Dos 1,4 milhões de pessoas com *background* imigratório, mais de metade (54,3%) mantém alguma ligação ou contacto com esse país, traduzindo-se em visitas com uma frequência inferior a uma vez por ano para 25,8%. A ligação ao país de origem é particularmente notória na população imigrante de primeira geração (68,2%), o que compara com 28,0% da segunda geração e 14,3% da terceira.

A ligação ao país de origem da família por parte da população com *background* imigratório aumenta com a idade, até ao grupo etário dos 35 aos 44 anos, o qual apresenta os valores mais elevados neste indicador (64,1%), diminuindo a partir daí, até abranger 48,2% do grupo etário dos 65 aos 74 anos.

Figura 8. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos com *background* imigratório e ligação ao país de origem da família, por sexo, grupo etário e tipo de imigrante, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.



Mais de três quartos da população afirma ter um sentimento de ligação por Portugal forte/muito forte e apenas cerca de metade tem o mesmo sentimento relativamente à Europa. Em ambos os casos, a proporção da população com esse tipo de ligação aumenta com a escolaridade.

As pessoas podem sentir diferentes níveis de pertença ao sítio onde vivem, à sua cidade, região, ao país ou à Europa, ao país onde nasceram (imigrantes de primeira geração) e ao país de origem da família (para quem tem *background* imigratório). No ICOT, as pessoas foram questionadas sobre o grau de ligação que sentiam a cada uma dessas geografias.

Os resultados evidenciam que, considerando a totalidade da população, à medida que se alarga o espaço geográfico ao qual se procurou avaliar o grau de ligação, é maior a proporção dos que dizem ter um sentimento de ligação *forte/muito forte*: bairro, sítio ou aldeia (54,3%), vila ou cidade (61,5%), região onde vivem (63,8%) e Portugal (76,3%). Esse sentimento é menor em relação à Europa, geografia com a qual apenas cerca de metade da população (53,5%) afirma sentir aquele grau de ligação.

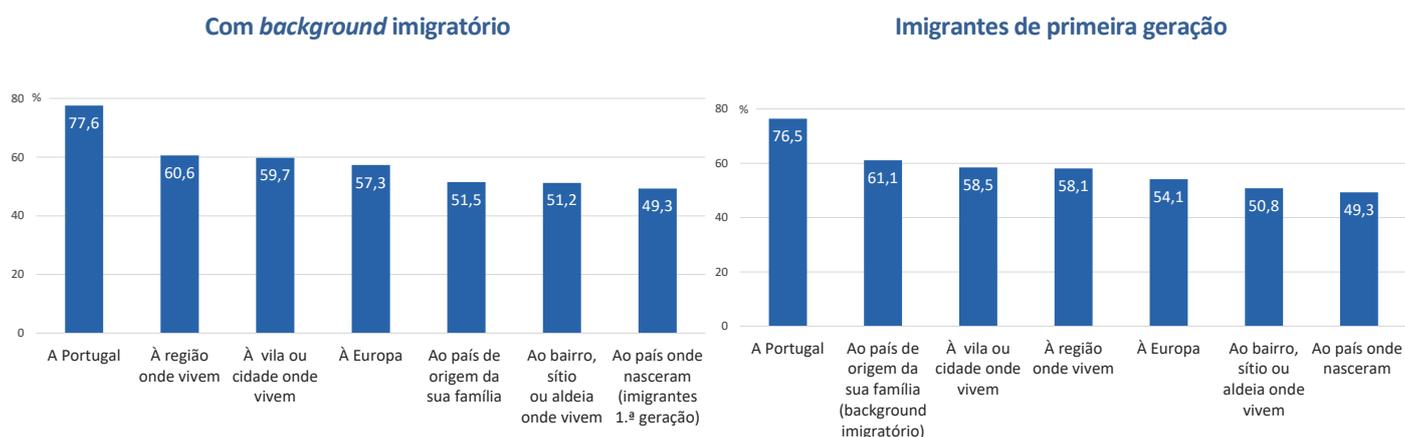
Não se observam diferenças assinaláveis no grau de ligação a Portugal entre homens e mulheres e por escalão etário. É de salientar o aumento da proporção dos que afirmam ter esse sentimento relativamente ao país à medida que aumenta a escolaridade, apresentando os que têm o nível de ensino até ao 3.º ciclo do básico (72,9%) uma proporção abaixo da média para a população total, valor que aumenta até 82,0% para os que têm ensino superior. Observa-se uma tendência semelhante para quem tem um sentimento de ligação *forte/muito forte* à Europa: abrange apenas 43,7% dos que têm até ao 3º ciclo do ensino básico, proporção que aumenta até 67,2% para os que têm ensino superior.

População com background imigratório e imigrantes de primeira geração com maior ligação a Portugal do que ao país de origem da família ou ao país onde nasceram. Pessoas com origem ou pertença mista com maior expressão no sentimento forte/muito forte por Portugal e pela Europa.

Cerca de três quartos (77,6%) das pessoas que têm *background* imigratório e das que são imigrantes de primeira geração (76,5%) afirmam ter um sentimento *forte/muito forte* a Portugal. Somente metade dos imigrantes de primeira geração (49,3%) nutrem um sentimento *forte/muito forte* ao país onde nasceram (para 23,6% o sentimento de pertença é mesmo *inexistente/fraco*), proporção semelhante à das pessoas com *background* imigratório (51,5%) relativamente ao país de origem da família, sendo que para 22,6% o sentimento é *inexistente/fraco*.

No que diz respeito ao país onde nasceram, para os imigrantes de primeira geração, são as mulheres quem apresenta maiores proporções de sentimento *forte/muito forte* (52,4%), o que compara com 45,3% dos homens, sendo também mais alto entre os jovens dos 18 aos 34 anos (56,5%), por comparação com os escalões etários dos 35 aos 54 anos e dos 55 aos 74 anos (46,2% e 48,3%, respetivamente).

Figura 9. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por sentimento de pertença ao sítio onde vivem, à sua cidade, região, Portugal, Europa, país onde nasceram, e país de origem da família, por *background* imigratório e imigrante de primeira geração, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Por grupo étnico, destacam-se, com valores acima da média observada para o total da população, as pessoas que se identificam com *origem ou pertença mista* que têm por Portugal (80,0%) e pela Europa (59,0%) um sentimento *forte/muito forte*. Este grupo, a par das pessoas que se identificam como *negros* e *asiáticos* apresentam valores mais elevados no sentimento de pertença *forte/muito forte* ao país de nascimento, respetivamente, 60,1%, 66,4% e 60,5%. São também estes os grupos que se destacam com sentimento semelhante no país de origem da família, respetivamente, 54,5%, 60,3% e 62,5%.

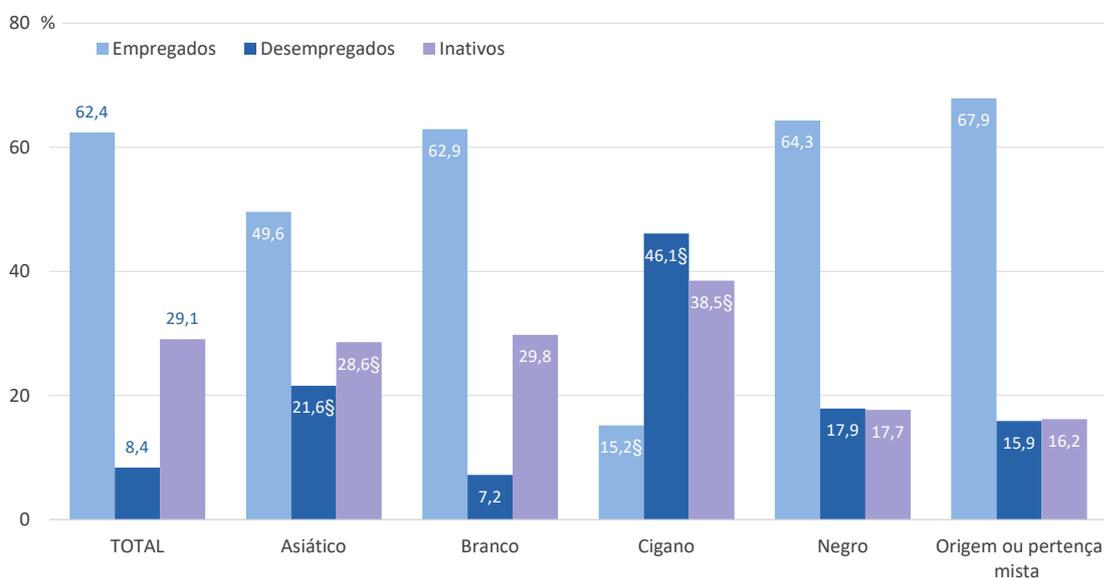
3. Mercado de trabalho e condições de vida da população residente em Portugal

Mais de 4,7 milhões de pessoas dos 18 aos 74 anos estavam empregadas, com destaque para os grupos étnicos origem ou pertença mista, negros e brancos.

O mercado de trabalho é uma dimensão importante na caracterização das condições de vida das pessoas. De acordo com alguns dos resultados do ICOT neste domínio, observa-se que a maioria das pessoas (62,4%) com idade dos 18 aos 74 anos referiram que tinham um emprego ou trabalho, 8,4% encontravam-se desempregadas e 29,1% inativas.

Os grupos étnicos *origem ou pertença mista* (67,9%), *negros* (64,3%) e *brancos* (62,9%) apresentam as maiores proporções de pessoas empregadas, seguidos dos *asiáticos* (49,6%). A maioria da população empregada (85,3%) trabalhava por conta de outrem, enquanto 13,8% por conta própria.

Figura 10. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por grupo étnico e condição perante o trabalho, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida.

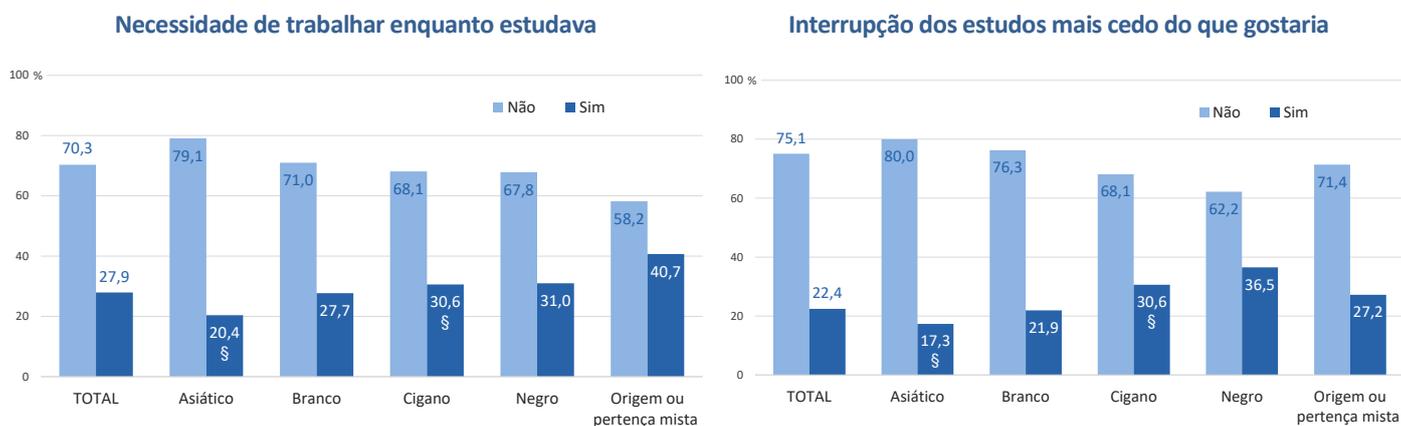
Mais de 2 milhões de pessoas tiveram necessidade de trabalhar enquanto estudavam e 1,7 milhões foram forçadas a abandonar os estudos mais cedo do que gostariam.

A par do mercado de trabalho, as trajetórias educativas também representam uma dimensão importante na análise da caracterização e condições de vida das pessoas. Quando questionadas sobre a necessidade de trabalhar enquanto estudavam, 2,1 milhões de pessoas responderam afirmativamente, o que representa 27,9% da população total.

Analisando os resultados pelos diferentes grupos populacionais, observa-se que as pessoas que identificam com os grupos *origem ou pertença mista* (40,7%) e *negro* (31,0%) são as que referiram mais frequentemente necessitar de trabalhar enquanto estudavam.

Mais de um quinto (22,4%) da população total afirmou ter sido forçada a desistir dos estudos mais cedo do que gostaria. Observa-se também que os grupos *negro* (36,5%) e *origem ou pertença mista* (27,2%) são os que apresentam proporções superiores de pessoas que indicaram necessidade de abandono da escola.

Figura 11. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por grupo étnico, necessidade de trabalhar enquanto estudava e interrupção dos estudos mais cedo do que gostaria, 2023



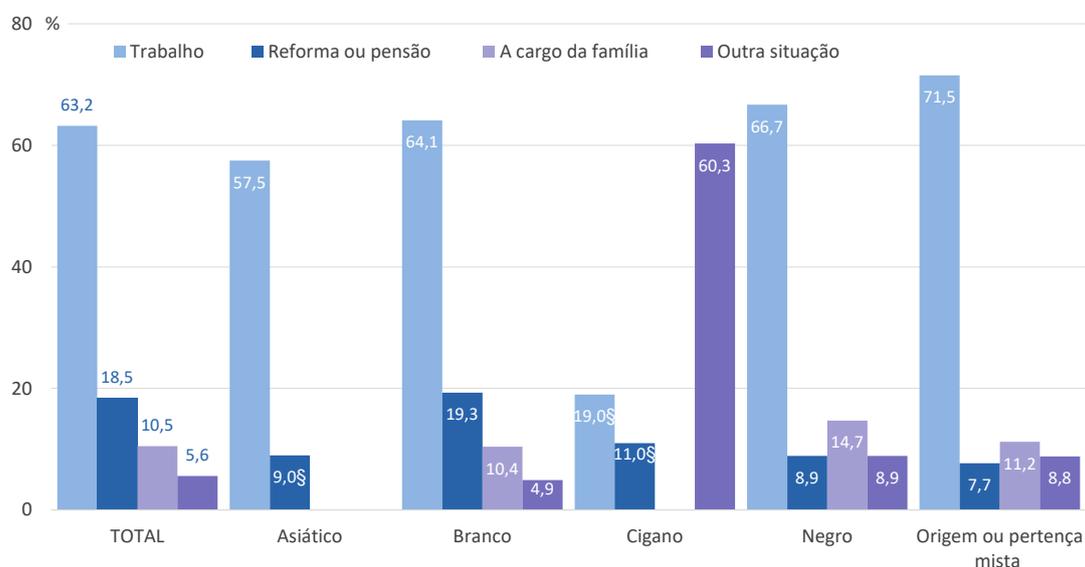
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida.

O trabalho é a principal fonte de rendimento da população residente em Portugal, sobretudo para as pessoas que se identificam com os grupos origem mista e negro.

O trabalho é a principal fonte de rendimento para 4,8 milhões de pessoas (63,2%), enquanto 18,5% indicaram a reforma ou pensão, 10,5% referiram viver a cargo da família e 5,6% tinham outras fontes de rendimento. O grupo com *origem ou pertença mista* (71,5%) é aquele para quem o trabalho como principal fonte de rendimento tem maior expressão, seguido do grupo de pessoas que se identificam como *negras* (66,7%).

Figura 12. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por grupo étnico e principal fonte de rendimento, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida. As estimativas associadas às categorias “A cargo da família” e “Outra situação” para o grupo étnico *asiático* e “A cargo da família” para o grupo étnico *cigano* apresentam uma margem de erro superior ao padrão de qualidade considerado aceitável para divulgação.

Grande maioria da população residente consegue fazer face às despesas, mas tem de controlar os gastos.

Mais de 5,7 milhões de pessoas (76,3%) consideram a sua condição financeira como suficiente para fazer face às despesas, embora tenham de ter cuidado para controlar os gastos. Apenas 12,2% afirmaram não ter qualquer dificuldade em fazer face às despesas, enquanto 6,7% não o conseguem.

As pessoas que se identificam como *brancas* (12,7%) e como tendo *origem ou pertença mista* (10,2%) são as que apresentam menor dificuldade para fazer face às suas despesas.

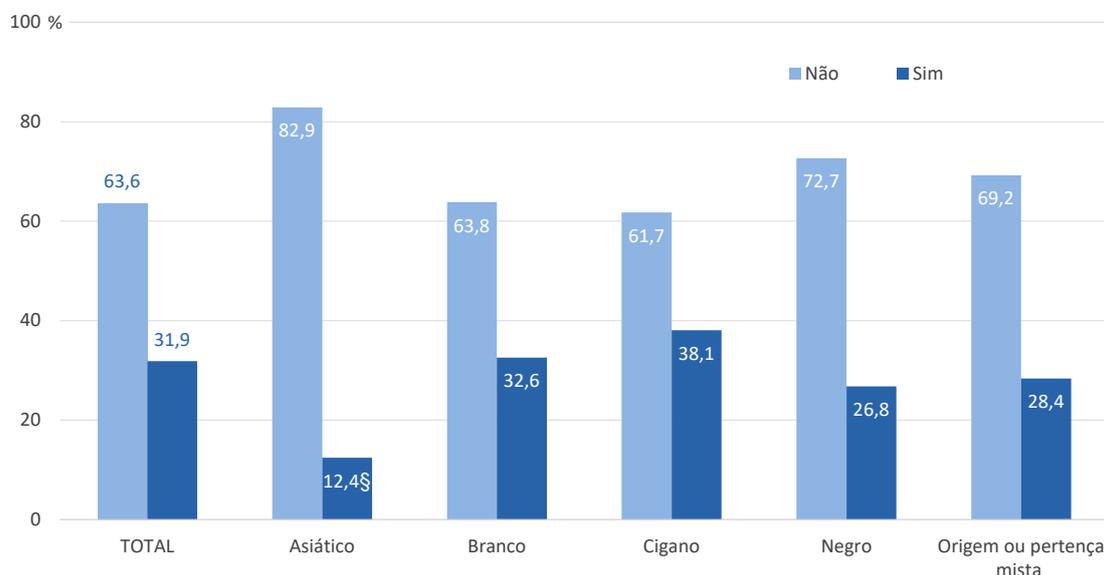
Mais de 4,5 milhões de pessoas consideram a sua saúde muito boa ou boa. Doenças crónicas afetam menos de um terço da população, sendo apontadas com maior frequência pelos grupos étnicos cigano (38,1%) e branco (32,6%).

Relativamente às condições de saúde das pessoas, verifica-se que mais de metade (59,7%) consideram-na *muito boa* ou *boa*, enquanto menos de um terço (30,3%) a avaliam como *razoável*, e apenas 7,9% como *má* ou *muito má*.

No mesmo sentido, menos de um terço apresenta doença crónica (31,9%), o que compara com 63,6% que não têm qualquer doença permanente. Quando se analisa a prevalência de doença crónica por grupo étnico, encontram-se algumas diferenças: as pessoas que se identificam como *ciganas* apresentam maior prevalência de doença crónica (38,1%), enquanto as que identificam como *negros* e com *origem mista* estão abaixo da média nacional (26,8% e 28,4%, respetivamente).



Figura 13. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por grupo étnico e doença crónica, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida.

No que diz respeito às limitações de saúde, os resultados revelam que 70,3% das pessoas não se sentem nada limitadas, 21,6% apresentam limitações, mas não severas, e 4,5% referem ter limitações severas.

Quando questionadas acerca da capacidade que tiveram de satisfazer as suas necessidades de saúde, tanto no que respeita à realização de consultas, exames ou tratamentos, como à compra de medicamentos receitados, a grande maioria conseguiu satisfazer essa necessidade, quando a sentiu (65,6% e 73,9%, respetivamente). Apenas 8,5% precisaram de alguma consulta, exame ou tratamento e não conseguiram realizá-la/o, proporção que desce para 2,3% no caso da incapacidade para adquirir medicamentos receitados.

Enquanto a não satisfação da necessidade de realização de consulta/exame ou tratamento médico se deveu, em grande medida, à dificuldade na marcação de consulta pela falta de médico (76,4%) e, em menor proporção, à indisponibilidade financeira (21,0%), para a não aquisição de medicamentos receitados pesou a indisponibilidade financeira (65,0%), a que se seguiu o facto de o medicamento estar indisponível/esgotado (15,2%).



Grupo étnico branco é o que apresenta valores mais altos na propriedade e conforto térmico da habitação.

Relativamente às condições habitacionais, verifica-se que, em termos das áreas dos alojamentos de residência principal, 27,2% das pessoas residem em alojamentos com uma área de 100 a 149 m² e 21,1% em alojamentos com uma área de 60 a 99 m². Em termos de divisões, destacam-se os alojamentos de 4 e de 3 divisões, para 35,6% e 25,6%, respetivamente.

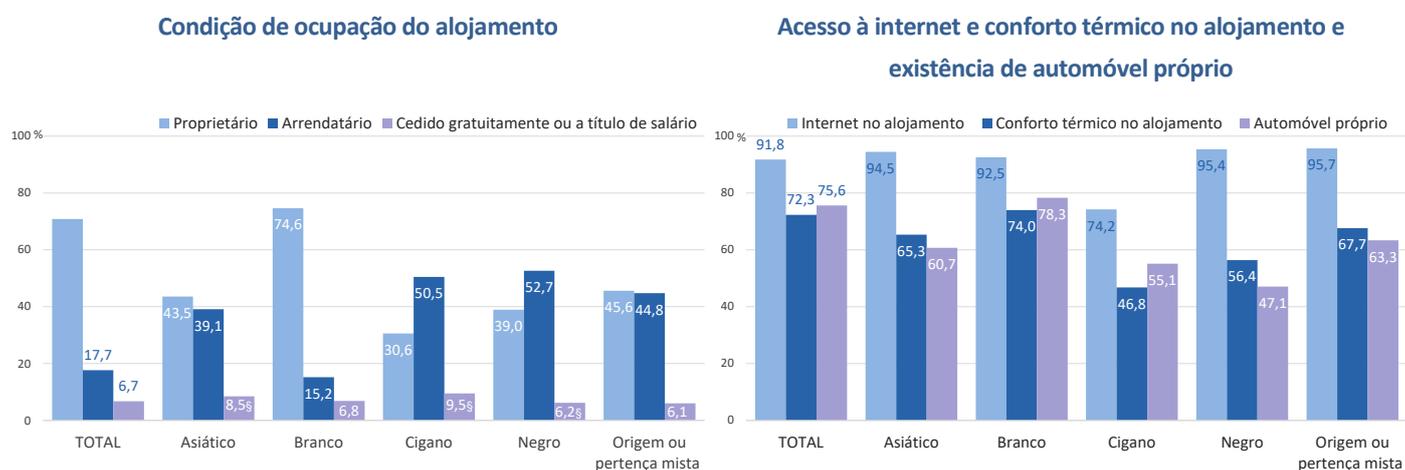
No que diz respeito à condição de ocupação do alojamento, os resultados do ICOT mostram que 70,8% das pessoas são proprietárias da sua habitação, por comparação com 17,7% que são arrendatárias. Estas proporções alteram-se, contudo, quando se considera o grupo étnico. A população que se autoidentifica como *branca* é a que apresenta maior proporção de proprietários (74,6%) e a menor de arrendatários (15,2%). Pelo contrário, entre as pessoas que se identificam como *negras* ou *ciganas*, dominam os arrendatários, com 52,7% e 50,5%, respetivamente (o que compara com 39,0% e 30,6% de proprietários para estes grupos). Entre *asiáticos* e pessoas de *origem mista* existe um maior equilíbrio entre estas duas condições de ocupação do alojamento, com 43,5% e 45,6% de proprietários e 39,1% e 44,8% de arrendatários, respetivamente.

O acesso à internet no alojamento (91,8% para a população total) é transversal aos vários grupos, destacando-se apenas as pessoas que se identificam como *ciganas* com a mais baixa proporção (74,2%). Porém, quando se analisam outros indicadores das condições de vida, por exemplo, o conforto térmico no alojamento e a existência de automóvel próprio, as diferenças entre os vários grupos populacionais são mais evidentes.

As pessoas que se identificam como *brancas* são o único grupo com proporções acima da média (74,0%, que compara com 72,3%) no indicador relativo ao conforto térmico, ou seja, à capacidade de manter a casa adequadamente aquecida no inverno. As proporções nos restantes grupos são as seguintes: *origem ou pertença mista* (67,7%), *asiáticos* (65,3%), *negros* (56,4%) e *ciganos* (46,8%).

Quanto à existência de automóvel próprio, observa-se o mesmo padrão do conforto térmico da habitação, com a população que se identifica com o grupo étnico *branco* a apresentar um valor (78,3%) acima da média para a população total (75,6%). Os restantes grupos apresentam os seguintes valores neste indicador: *origem ou pertença mista* (63,3%), *asiáticos* (60,7%), *ciganos* (55,1%) e *negros* (47,1%).

Figura 14. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por grupo étnico, condição de ocupação do alojamento, acesso à internet no alojamento, conforto térmico no alojamento e existência de automóvel próprio, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida.

4. Línguas faladas e aprendidas

A inclusão de questões sobre as línguas faladas e aprendidas deve-se à importância de perceber quais as línguas mais faladas em Portugal, além do português. Questionou-se a população acerca das línguas faladas em casa até aos 15 anos, línguas faladas atualmente e também línguas faladas com o cônjuge ou companheiro/a e filhos, caso existam, de modo a compreender de que forma comunicam as pessoas no seu contexto mais próximo.

As línguas faladas e aprendidas são também um importante indicador do grau de integração da população que não nasceu em Portugal, na sociedade portuguesa. Para isso, aos residentes com nacionalidade não portuguesa foram feitas perguntas sobre o seu nível de conhecimento da língua portuguesa na chegada a Portugal e o nível de conhecimento da língua atualmente.

Línguas de países europeus e línguas ou dialetos dos PALOP entre as mais faladas em casa, até aos 15 anos, atualmente, e no contexto doméstico, com cônjuges e filhos.

Para as pessoas que indicaram falar português até aos 15 anos, foi perguntado se além do português falavam outra língua em casa. Das pessoas que responderam afirmativamente (486,4 mil), a grande maioria (82,7%), referiram falar outra língua de países europeus, enquanto 11,8% indicaram falar uma língua ou dialeto de um dos países dos PALOP e 3,6% outras línguas.



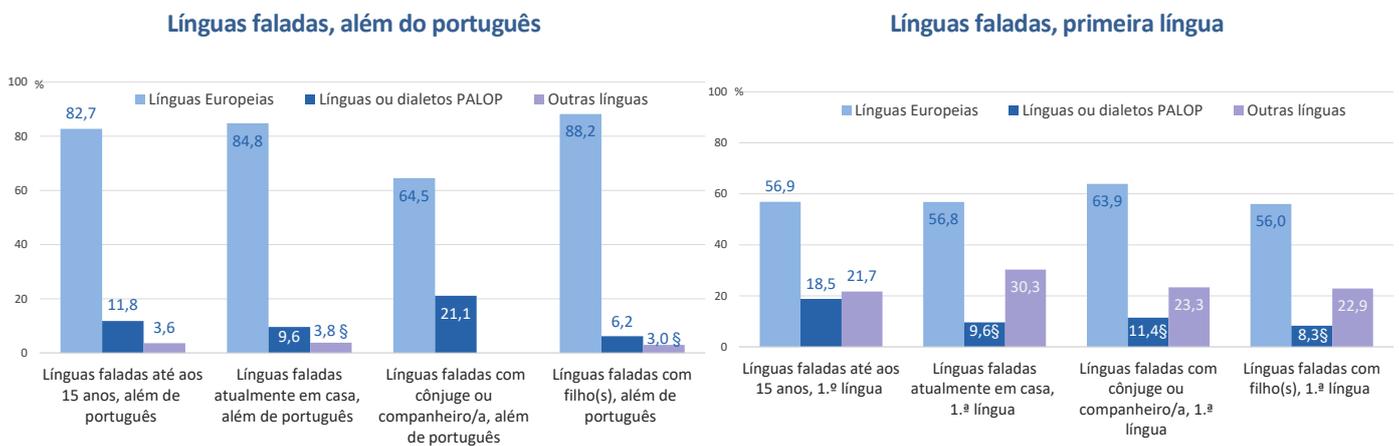
Das pessoas que não falavam português em casa até aos 15 anos (247 mil), mais de metade (56,9%) afirmaram que falavam uma língua de países europeus, 21,7% falavam outras línguas e 18,5% uma língua ou dialeto dos PALOP.

Das pessoas que indicaram falar português em casa atualmente e uma outra língua (661,7 mil), mais de quatro quintos (84,8%) referem-se a uma língua europeia, enquanto 9,6% falam uma língua ou dialeto dos PALOP. Para as pessoas que não falam português em casa atualmente (108,3 mil), verifica-se que 56,8% falam uma língua europeia e 30,3% outras línguas.

No que diz respeito às línguas faladas com o cônjuge ou companheiro/a (99,4 mil), observa-se que 64,5% das pessoas que falam português e uma língua estrangeira com o/a companheiro/a falam uma outra língua de um país europeu e 21,1% uma língua ou dialeto dos PALOP. Das pessoas que não falam português com o cônjuge ou companheiro/a (114,3 mil), 63,9% comunicam através de uma língua europeia e 23,3% através de outras línguas.

Para as pessoas que indicaram falar português e uma outra língua estrangeira com os filhos (506,2 mil), cerca de 88,2% falam uma outra língua europeia e 6,2% uma língua ou dialeto dos PALOP. Para os que indicaram comunicar com os filhos através de uma língua estrangeira (102 mil), 56,0% utilizam uma língua europeia e 22,9% outras línguas.

Figura 15. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por grupos de línguas faladas, além do português e grupos de línguas faladas como primeira língua, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida. A estimativa associada à categoria "Outras línguas faladas com cônjuge ou companheiro/a, além de português" apresenta uma margem de erro superior ao padrão de qualidade considerado aceitável para divulgação.



Quase metade das pessoas que não nasceram em Portugal e falavam uma língua estrangeira em casa até aos 15 anos, tiveram aulas de português em Portugal. Quem não teve aulas de português aprendeu informalmente com amigos, colegas ou familiares.

As pessoas que não nasceram em Portugal e que falavam uma língua estrangeira em casa até aos 15 anos (240 mil), foram questionadas sobre se tiveram aulas de português no país, tendo cerca de metade (49,9%) respondido afirmativamente. Quando questionadas sobre o local onde tiveram aulas de português, os principais locais referidos foram a escola (71,4%) e associações de apoio a migrantes ou outro tipo de associações (16,2%).

Para 50,1% das pessoas que não nasceram em Portugal e falavam uma língua estrangeira em casa até aos 15 anos, e não tiveram aulas de português em Portugal, perguntou-se sobre os principais motivos que as levaram a não ter aulas de português. Mais de dois quintos (44,0%) das pessoas indicaram que aprenderam informalmente com amigos, colegas ou familiares, 20,8% indicaram que não foi preciso e 19,0% referiram a falta de tempo como principal motivo.

Nível de conhecimento de português na chegada a Portugal: cerca de metade das pessoas compreendiam bem ou muito bem a língua portuguesa.

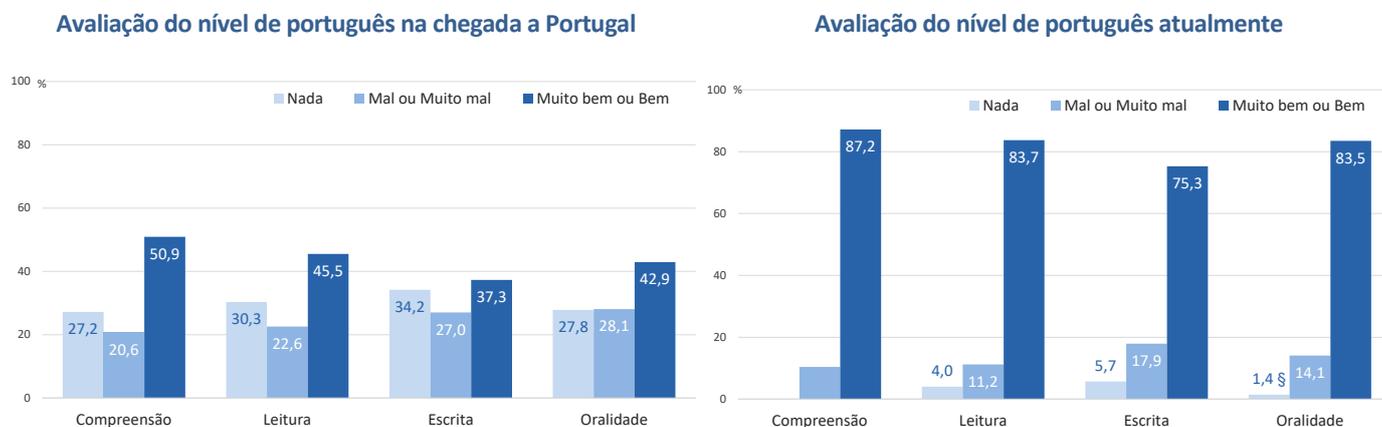
Às pessoas que não nasceram em Portugal, chegaram a Portugal com 6 ou mais anos de idade e indicaram falar pelo menos uma língua estrangeira até aos 15 anos (371,7 mil), foi pedido que avaliassem o seu nível de conhecimento de português na chegada a Portugal. Cerca de metade (50,9%) afirmaram compreender *muito bem ou bem* a língua portuguesa na chegada a Portugal, enquanto 20,6% compreendiam *mal ou muito mal* e 27,2% não compreendiam a língua de todo.

No que diz respeito à leitura, 45,5% liam *muito bem ou bem*, 30,3% não conseguiam ler português e 22,6% liam *mal ou muito mal*.

Relativamente à escrita do português na chegada a Portugal, as percentagens são mais próximas, com 37,3% a considerar que escreviam *muito bem ou bem*, 34,2% que não escreviam e 27,0% que escreviam *mal ou muito mal*.

No que diz respeito à oralidade, 42,9% indicaram que falavam *muito bem ou bem*, 28,1% falavam *mal ou muito mal* e 27,8% não falavam nada de português.

Figura 16. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por avaliação do nível de português, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida. A estimativa associada à categoria “Nada” na compreensão do português atualmente apresenta uma margem de erro superior ao padrão de qualidade considerado aceitável para divulgação.

O nível de conhecimento de português reportado pelas pessoas não naturais de Portugal revela uma evolução positiva na compreensão, leitura, escrita e oralidade.

Para compreender a evolução do nível de conhecimento da língua portuguesa por parte das pessoas que não nasceram em Portugal e falavam pelo menos uma língua estrangeira até aos 15 anos, foi-lhes ainda pedido que avaliassem o seu nível de conhecimento de português atualmente.

A evolução positiva reportada é notória nas quatro dimensões de conhecimento de português consideradas, sendo que a grande maioria das pessoas atualmente indica conseguir comunicar em português.

A proporção de pessoas que compreendem *muito bem ou bem* a língua portuguesa atualmente é de 87,2%. Para a leitura, 83,7% referem que leem *muito bem ou bem*, 11,2% leem *mal ou muito mal* e 4,0% não leem nada. No que diz respeito à escrita, 75,3% escrevem *muito bem ou bem*, 17,9% escrevem *mal ou muito mal* e 5,7% não conseguem escrever em português. Em termos de oralidade, 83,5% indicam falar *bem ou muito bem* português, enquanto 14,1% falam *mal ou muito mal*.



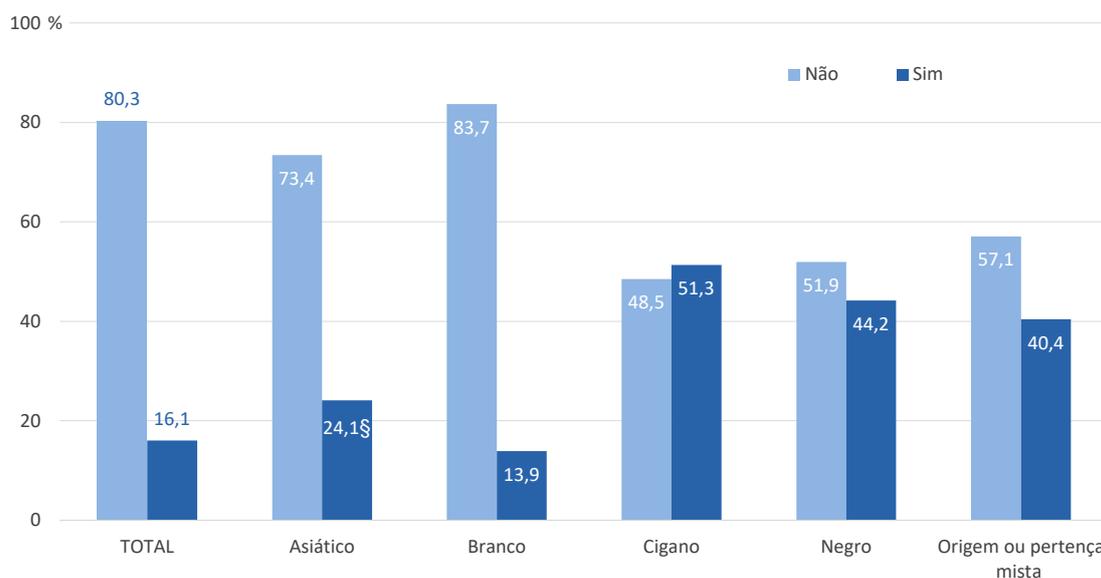
5. Experiências, perceções e testemunho de discriminação em Portugal

1,2 milhões de pessoas já sofreram discriminação em Portugal. Pessoas que se identificam como ciganas, negras, ou de origem ou pertença mista, assim como mulheres, jovens, mais escolarizadas e desempregadas, foram as que mais sentiram discriminação.

Da população residente em Portugal, com idade dos 18 aos 74 anos (7,6 milhões), 1,2 milhões referem ter sido alvo de discriminação (16,1%), tendo ocorrido às vezes para 7,0% e raramente (incluindo uma vez) para 5,0%. A última situação ocorreu há mais de cinco anos, para 5,8% das pessoas, e no último ano, para 5,0%.

A proporção de quem sofreu discriminação mais do que triplica entre a população que se autoidentifica como sendo de etnia cigana (51,3%), afetando ainda 44,2% da população que se identifica como negra e 40,4% da que considera ter origem ou pertença mista. Apenas a população que se autoidentifica como branca (13,9%) apresenta uma proporção abaixo da média na discriminação vivida.

Figura 17. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos, por grupo étnico e experiência de discriminação, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida.

O fenómeno da discriminação afeta mais as mulheres (17,5%) do que os homens (14,5%), assim como os mais jovens, com idade dos 18 aos 34 anos (18,9%), decrescendo com a idade até atingir 11,4% das pessoas com idade dos 55 e os 74 anos. A discriminação vivida também aumenta com o nível de escolaridade, afetando 13,6% da população com escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico, aumentando até 18,3% para a população com

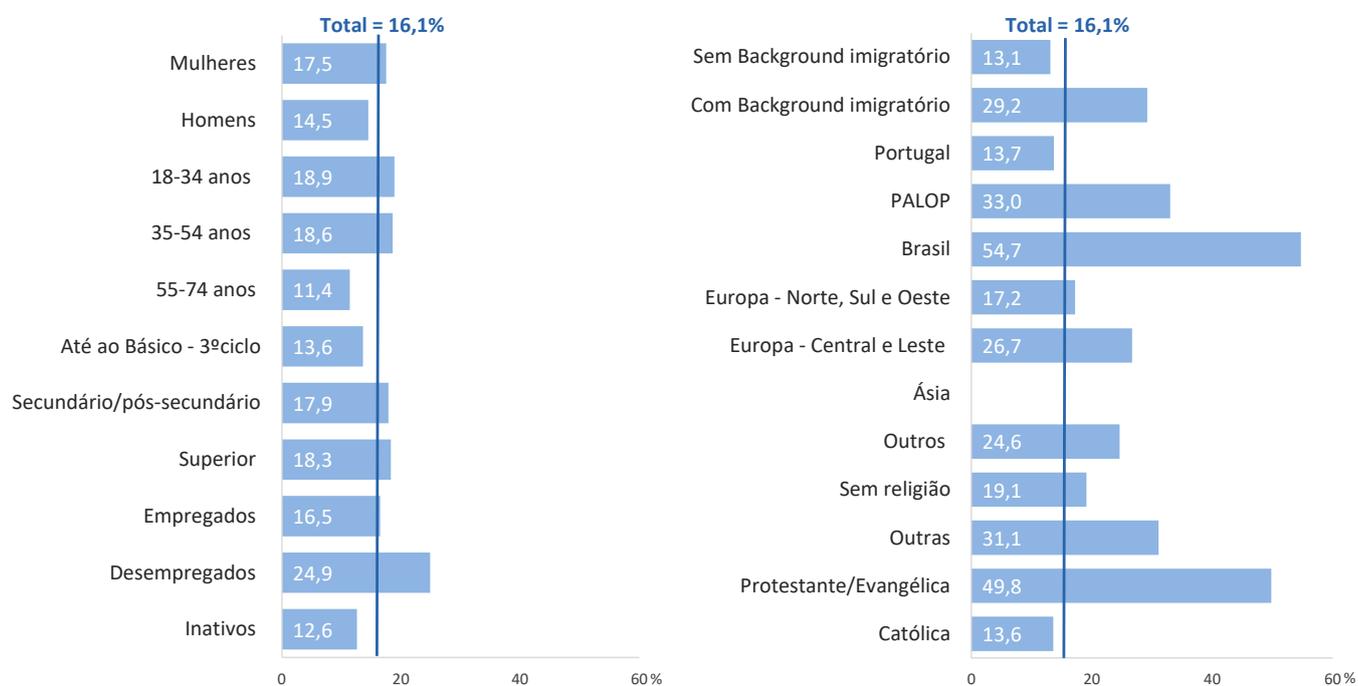


ensino superior. Por condição perante o trabalho, verifica-se que é a população desempregada quem mais refere ter sofrido discriminação (24,9%), o que compara com 16,5% da população empregada e 12,6% da inativa.

Observa-se ainda uma diferença assinalável entre a população com *background* imigratório (29,2%) e a que não o tem (13,1%). A região de naturalidade das pessoas aprofunda essas diferenças, com a população nascida em Portugal a ser a única com prevalência de discriminação vivida abaixo da média nacional (13,7%). Entre a população residente nascida no estrangeiro, verifica-se uma assimetria entre os naturais da Europa do Norte, Sul e Oeste (17,2%), que revelam proporções mais baixas de discriminação vivida, e os naturais de Outros países (24,6%), da Europa Central e de Leste (26,7%), dos PALOP (33,0%) e do Brasil (54,7%), com prevalências de discriminação mais elevadas.

Também se observam diferenças relevantes ao nível da discriminação vivida, quando se analisa a pertença religiosa dos respondentes. Abaixo da média encontra-se apenas a população católica (13,6%), quando comparada com a que declara não professar qualquer religião (19,1%), com a protestante/evangélica (49,8%) e com a que professa outras religiões (31,1%).

Figura 18. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos que sofreram discriminação, por sexo, grupo etário, nível de escolaridade, condição perante o trabalho, *background* imigratório, naturalidade e religião, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida. A estimativa associada à categoria “Ásia” para a naturalidade apresenta uma margem de erro superior ao padrão de qualidade considerado aceitável para divulgação.



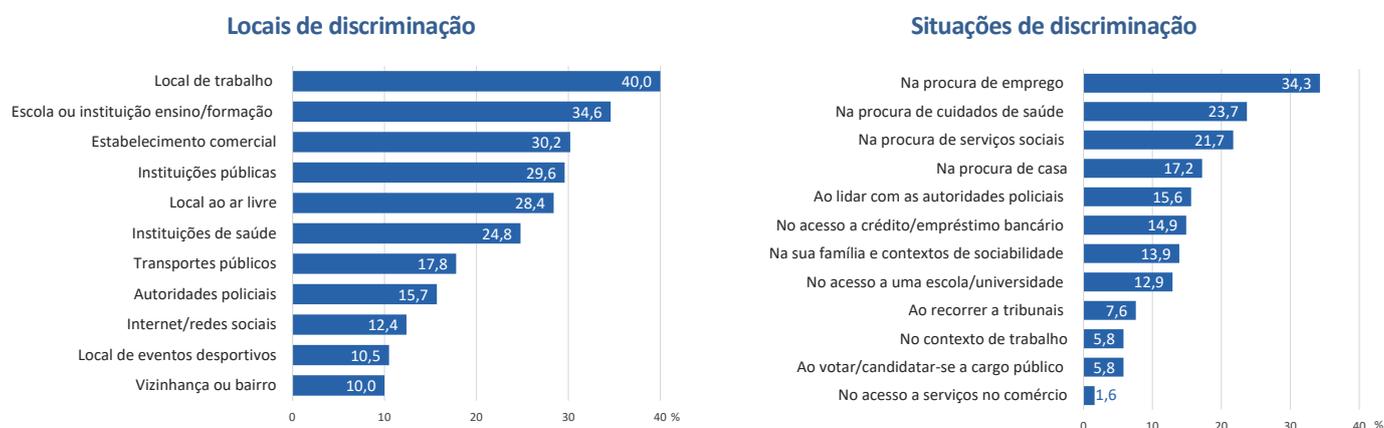
Discriminação aconteceu mais no local de trabalho e na escola, assim como na procura de emprego e de cuidados de saúde e serviços sociais.

Quando se observa em que contextos as pessoas sofreram discriminação (por qualquer dos fatores considerados), distingue-se entre locais (físicos) e situações em que esta discriminação aconteceu.

No que diz respeito aos locais, salientam-se o local de trabalho e a escola (ou outra instituição de ensino ou formação) como os mais referidos pelas pessoas que sofreram discriminação (40,0% e 34,6%, respetivamente). Seguem-se os estabelecimentos comerciais (30,2%), as instituições públicas (29,6%), os locais ao ar livre, como rua, parques ou praias (28,4%) e as instituições de saúde (24,8%).

Quanto às situações em que a discriminação mais ocorreu em Portugal, destacam-se as seguintes: procura de emprego (34,3%), procura de cuidados de saúde (23,7%) e de serviços sociais (21,7%), procura de casa para compra ou arrendamento (17,2%), situações em contacto com autoridades policiais (15,6%), acesso ao crédito ou empréstimo bancário (14,9%) e na própria família e em contexto de sociabilidade (13,9%).

Figura 19. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos que sofreram discriminação, por locais de discriminação e situações de discriminação, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Apenas 8,8% das pessoas que sofreram discriminação reportaram a situação às autoridades. Mais de metade de quem não reportou considera que nada iria mudar com a denúncia.

Relativamente ao contacto com as autoridades na sequência das situações de discriminação vividas, verifica-se que apenas 8,8% de quem viveu essas situações o fizeram. Para estas, isso aconteceu principalmente através de denúncia às autoridades policiais (62,8%) e ao Ministério público ou outros serviços legais (16,2%).



As razões apontadas para a não denúncia das situações de discriminação vivida foram, sobretudo, a perceção de que nada iria mudar se a fizessem (razão apontada por 46,5% das pessoas), seguida da ideia de que se tratou de um episódio sem importância (22,2%). Lidaram com o problema sozinhos/as ou junto de familiares e amigos 15,9%, tendo para 14,7% pesado o facto de não quererem causar problemas.

Situação económica, território de origem, sexo, idade e escolaridade na base da discriminação vivida.

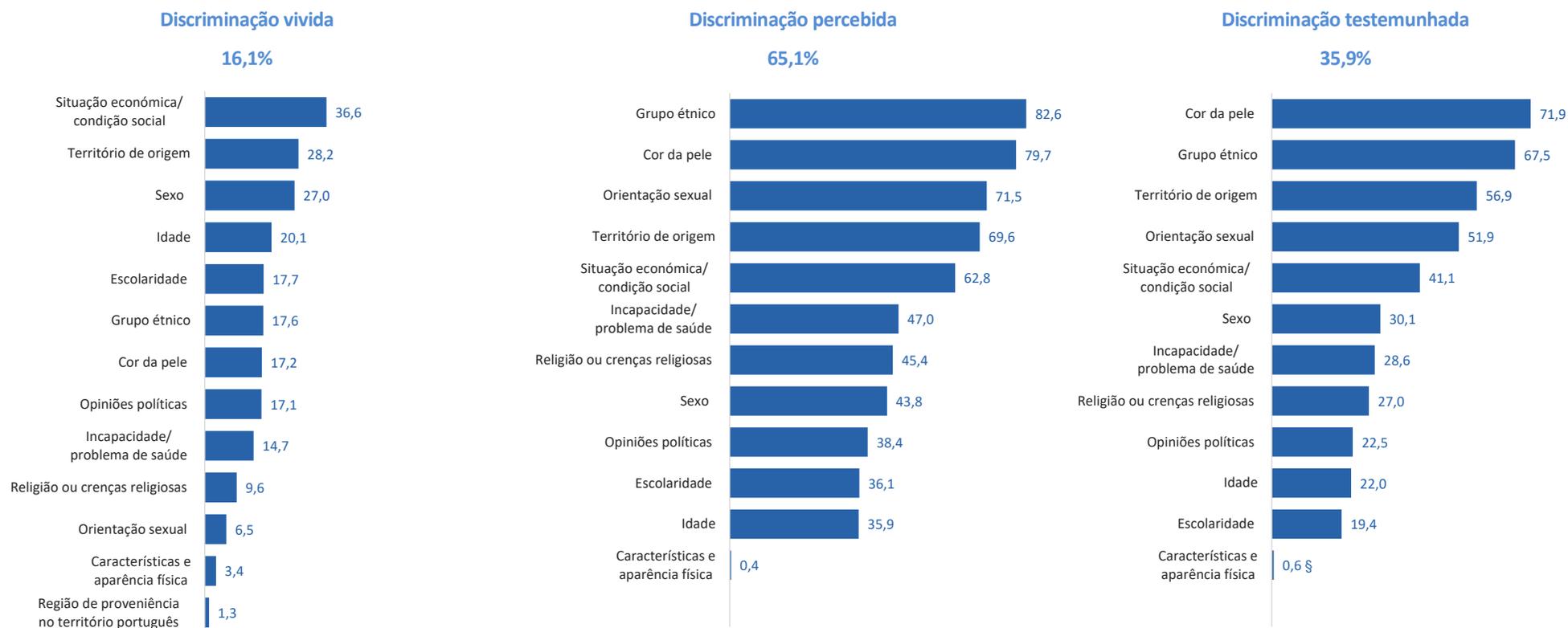
Fatores relacionados com características demográficas das pessoas foram os mais apontados como estando na base da discriminação vivida: situação económica/condição social (em 36,6% dos casos), território de origem (28,2%), sexo (27,0%), idade (20,1%), e escolaridade (17,7%). Num segundo grupo de fatores mais prevalentes encontram-se os que se relacionam com a alteridade (*qualidade do que é outro ou do que é diferente*): o grupo étnico (17,6%) e a cor da pele (17,2%).

Quase dois terços das pessoas consideram existir discriminação em Portugal e cerca de um terço já testemunhou situações de discriminação. Grupo étnico, cor da pele, orientação sexual e território de origem constituem os fatores mais relevantes na discriminação percebida e testemunhada.

Por comparação com a discriminação vivida, quando questionadas acerca da perceção relativamente à existência de discriminação em Portugal, verifica-se que quase cinco milhões de pessoas (65,1%) referem existir situações de discriminação no país. Os fatores apontados como estando na base dessa discriminação diferem dos que foram apontados como responsáveis pela discriminação sofrida pelas próprias pessoas. Na discriminação percebida destacam-se os seguintes fatores: grupo étnico (82,6%), cor da pele (79,7%), orientação sexual (71,5%) e território de origem (69,6%).

Mais de um terço das pessoas (35,9%) já testemunharam situações de discriminação em Portugal. Destas, uma grande parte refere também a cor da pele (71,9%) e o grupo étnico (67,5%) como os fatores que estiveram na base da discriminação que testemunharam, a que se seguem a discriminação com base no território de origem (56,9%) e na orientação sexual (51,9%).

Figura 20. Proporção de pessoas dos 18 aos 74 anos que sofreram discriminação (*discriminação vivida*), que consideram existir discriminação em Portugal (*discriminação percebida*) e que assistiram a situações de discriminação em Portugal (*discriminação testemunhada*), por razões da discriminação, 2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023.

Nota: § - Estimativa com fiabilidade reduzida.



NOTA METODOLÓGICA

O Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT), realizado em 2023, visa conhecer a dimensão de cada um dos grupos étnicos com os quais a população residente em Portugal se identifica, e permitir a sua caracterização. O objetivo principal é compreender de que forma as pessoas se autoidentificam, e como relatam e interpretam as suas origens, para compreender e combater a discriminação e desigualdades em vários domínios. Pretende-se desta forma contribuir para que o sistema estatístico português disponha de dados oficiais relativos à origem e pertença étnica da população residente em Portugal, e respetiva caracterização.

A questão da autoidentificação étnica observada no ICOT partiu de uma primeira proposta, definida pelo Grupo de trabalho (GT) dos Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais (Instituto Nacional de Estatística, 2019, “Sumário do Trabalho do Grupo de Trabalho (GT) dos Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais”, Despacho n.º 7363/2018), para inclusão da questão nos Censos 2021. Após a recomendação da Secção Eventual de Acompanhamento dos Censos 2021 do Conselho Superior de Estatística de não inclusão da pergunta sobre pertença étnica nos Censos 2021 e de avaliação de uma solução alternativa que permitisse a caracterização da composição étnica da população portuguesa, o INE, desenvolveu, em alternativa um inquérito com um potencial analítico mais abrangente para conhecer as origens, trajetórias e condições de vida objetivas da população residente em Portugal: o ICOT.

Combater o racismo e a discriminação étnica, assim como obter dados e conhecimento acerca desta temática com o intuito de produzir e apoiar a definição de políticas públicas é uma prioridade para a Comissão Europeia, expressa no Plano de ação da União Europeia contra o racismo 2020-2025. Ao nível nacional, foi criado em 2020 o Grupo de Trabalho para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação (Despacho n.º 309-A/2021, de 8 de janeiro). Adicionalmente, a Resolução da Assembleia da República n.º 11/2021 recomenda “a realização de estudos que conduzam à recolha de informação estatística, através do organismo responsável pela estatística nacional, relativa à discriminação étnico-racial” e a Resolução da Assembleia da República n.º 16/2021 recomenda a elaboração e implementação de uma estratégia nacional de combate ao racismo. A presente operação encontra-se prevista no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021).

Tendo em vista esse propósito, foi realizado em 2021/2022 o Inquérito piloto às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, previamente apresentado e discutido com o Grupo de Trabalho para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação (Despacho n.º 309-A/2021). Este inquérito piloto teve como principal objetivo testar o desenho amostral e os modos de recolha que mais se adequavam, os conteúdos e a adesão dos respondentes às temáticas inquiridas. Com base na informação obtida a partir dos resultados do inquérito piloto, o INE desenvolveu uma proposta de questionário final sobre as temáticas da origem, pertença, trajetórias e discriminação a implementar à escala nacional, submetida a consulta a especialistas da área de estudo e, ainda, apresentada e sujeita a debate no Conselho Superior de Estatística – Secção Permanente de Estatísticas Sociais, assim como com o Alto Comissariado para as Migrações e o Observatório das Migrações.

O inquérito tem uma natureza multidimensional, visando caracterizar tanto quanto possível essa diversidade e possibilitar, em consequência, a exploração analítica entre as diferentes características da população e a vivência de experiências de



discriminação em diversos domínios. Efetivamente, pretende-se avaliar as condições de vida nas suas múltiplas expressões, como sejam o acesso e a qualidade do emprego, saúde, educação, habitação, mobilidade, redes de socialização. A pertença do ponto de vista étnico resulta de uma autotaxação das pessoas e a origem foi observada pela naturalidade do respondente e dos seus ascendentes, até à terceira geração.

O ICOT é um inquérito amostral, cuja informação foi recolhida diretamente junto das unidades de observação – indivíduos dos 18 aos 74 anos de idade que residiam há pelo menos um ano em Portugal (ou cuja intenção de residência era de pelo menos um ano) – mediante um modo de recolha misto, CAPI (*Computer-Assisted Personal Interview*), CATI (*Computer-Assisted Telephone Interview*), e CAWI (*Computer-Assisted Web Interview*), dando oportunidade aos respondentes de utilizarem o modo que mais lhes convém.

O inquérito foi aplicado em todo o território nacional, entre janeiro e agosto de 2023, a uma amostra de 35 035 unidades de alojamento, constituindo a maior amostra de inquéritos às famílias realizados pelo INE. Foi entrevistada apenas uma pessoa por alojamento, selecionada pelo método do último aniversário no alojamento, tendo sido obtidas 21 608 entrevistas completas.

Os resultados foram calibrados tendo por referência as estimativas anuais da população residente em 31 de dezembro de 2022 (base Censos 2021).

Para uma análise mais detalhada da metodologia seguida, sugere-se a leitura do [documento metodológico](#) do ICOT, disponível no Portal das Estatísticas Oficiais.

PRINCIPAIS CONCEITOS

Discriminação: Qualquer distinção, exclusão, restrição, preferência ou tratamento desigual direta ou indiretamente manifestados por motivos proibidos e que anulam ou prejudicam o reconhecimento ou exercício, em pé de igualdade, de liberdades fundamentais e direitos humanos no campo político, económico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

Nota: Os motivos proibidos de discriminação são raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem social, propriedade, estado de nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil e familiar, orientação sexual, identidade de género, estado de saúde, local de residência, situação económica e social, gravidez, afrodescendência e outros estatutos.

Dupla nacionalidade: Estatuto da pessoa que tem duas cidadanias legais sendo que a segunda resulta de um processo de naturalização e aquisição de nacionalidade.

Nota: Consideram-se as nacionalidades constantes no documento de identificação, passaporte, título de residência ou certificado de nacionalidade.

Etnia: Grupo de pessoas com vínculos fortes entre si, que partilham historicamente uma unidade cultural e linguística comum e cujas características as distinguem na sociedade onde estão inseridas.

Nacionalidade: Ligação jurídica especial entre um indivíduo e o seu País, adquirida por nascimento ou naturalização, na sequência de declaração, opção, casamento ou outro meio, nos termos da legislação em vigor.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social

DIÍSTAQUE

Nota: Uma pessoa com duas ou mais nacionalidades é afetada a um só país, a determinar pela seguinte ordem de precedência: 1) país declarante; 2) se a pessoa não tiver a nacionalidade do país declarante: outro Estado-Membro da União Europeia; 3) se a pessoa não tiver a nacionalidade de outro Estado-Membro da União Europeia: outro país fora da União Europeia. Nos casos de dupla nacionalidade, em que ambos os países pertençam à União Europeia, mas nenhum deles é o país declarante, os Estados-Membros determinam a nacionalidade a atribuir.

Naturalidade: Local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Reagrupamento familiar: Direito que permite a um cidadão estrangeiro residente solicitar a vinda de familiares para se reunirem a ele em território nacional. Para o efeito são considerados o cônjuge, filhos a cargo, com menos de 21 anos ou incapazes, filhos adotados, ascendentes a cargo e irmãos menores sob tutela.